

A Política de Destinação de Terras para Comunidades na Amazônia

Raimundo de Araújo Lima
Diretor de Programas

09 de Maio de 2007

REFORMA AGRARIA

conceito



Reforma Agrária é o conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Estatuto da Terra).

É um conjunto de medidas que visa promover justiça social, democratização do acesso a terra, distribuição da riqueza, da renda e do poder, a partir do ordenamento fundiário.

REFORMA AGRÁRIA

para quem?



Para os excluídos

- Trabalhadores rurais sem terra
- Posseiros de boa fé
- Populações tradicionais
 - Ribeirinhos
 - Seringueiros
 - Castanheiros
 - Extrativistas em Geral

AGENDA 21



Os principais instrumentos do desenvolvimento rural sustentável:

- ✓ **reforma da política agrícola;**
- ✓ **reforma agrária;**
- ✓ **participação;**
- ✓ **diversificação dos rendimentos;**
- ✓ **a conservação da terra;**
- ✓ **melhor manejo dos insumos.**

REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA



Prevê uma ação forte e integrada de combate à grilagem e ocupação irregular de terras públicas; à concentração e reconcentração de terra; e, à exploração ilegal de madeira, contribuindo para o ordenamento fundiário e redução dos índices de desmatamento e da área desmatada.

PRINCIPAIS ENTRAVES PARA A EXECUÇÃO DA RA



- Legislação Agrária
- Índices de Produtividade
- Agronegócio – Modelo agroexportador-Monocultura - Reconcentrador – Excludente e Insustentável. Na maioria dos casos é proveniente de lavagem de dinheiro, incentivos fiscais, calote, grilagem e outras atividades ilegais.
- Judiciário.

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

- ORDENAMENTO FUNDIÁRIO



- ✓ Georreferenciamento e cadastramento de imóveis (Montagem de Bases Geodésicas – Capacitação)
- ✓ Reincorporação das terras griladas ao Patrimônio da União (Portaria de Retomada)
- ✓ Retomada das terras irregularmente ocupadas
- ✓ Legitimação de posses
- ✓ Regularização fundiária
- ✓ Criação de projetos de assentamentos em modalidades alternativas

COMBATE Á GRILAGEM DE TERRAS -

Portaria Conjunta MDA/INCRA nº 10/ 2004



- ✓ Suspensão da emissão de Declarações de Posse (DP) e Certificados de Cadastros de Imóveis Rurais (CCIR) para áreas acima de 100 ha
- ✓ Inibição de 30.556 CCIR– 74 milhões de ha na Amazônia Legal - contidos na base do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

RESULTADO:

- ✓ Suspensão ou cancelamento de planos de manejos incidentes sobre terras públicas irregularmente ocupadas
- ✓ Redução das Autorizações de Desmates e conseqüentemente do desmatamento

DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS



Constituição Federal, Art. 188:

"A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária".

A concentração de terra na região Amazônica, foi maior que a concentração de renda.

O Índice GINI (2000)

- distribuição de renda - 0,537,
- concentração de terra- superior a 0,715

A desigualdade no acesso a terra é maior que a desigualdade na distribuição de renda.

LEI Nº 11.284/ 2006 - GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS



Art. 6º Antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para a destinação, pelos órgãos competentes, por meio de:

I - criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, observados os requisitos previstos da Lei no 9.985/ 2000;

II - concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável, agroextrativistas ou outros similares, nos termos do art. 189 da CF e das diretrizes do PNRA;

III - outras formas previstas em lei.

MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS FEDERAIS



- ✓ Projeto de Assentamento (PA) - Modalidade onde as atividades produtivas básicas são a agricultura e pecuária
- ✓ Projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE) - Destinado a populações tradicionais extrativistas
- ✓ Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) - Destinado a populações tradicionais ou não, comprometidas com o uso ecológico dos recursos naturais
- ✓ Projeto de Assentamento Florestal (PAF) - A atividade produtiva é o Manejo Florestal de Uso Múltiplo. Destina-se ainda, à recomposição florestal de áreas já convertidas para outros usos

ASSENTAMENTOS X UCs



Para cada assentamento diferenciado do Incra, existe uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável bastante semelhante, inclusive quanto à presença de comunidades e ao uso dos recursos naturais:

- RESEX (Reserva Extrativista) guarda pertinência com o PAE,
- FLONA (Florestas Nacionais) se assemelha ao PAF
- RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) compartilham dos mesmos princípios que o PDS.

RECONHECIMENTO DE UCS COMO BENEFICIÁRIAS DO PNRA



- Por demanda das comunidades tradicionais habitantes em Unidades de Conservação, o MDA e MMA, assinaram a Portaria Interministerial nº13/2002, possibilitando ao Incra seu reconhecimento destas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o seu acesso aos direitos básicos como créditos de implantação e de produção (PRONAF A).

ASSENTAMENTO NO DFS BR-163



- De acordo com o Plano de Ação (2006-2007) elaborado pelo GT Interministerial instituído pelo Decreto de 13 de Fevereiro de 2006 que criou o Distrito Florestal Sustentável da BR 163, o prazo para a definição de áreas e criação de assentamentos sustentáveis no eixo da BR 163 e BR 230 vai até o 2º semestre de 2007.
- A maioria dos assentamentos recém criados na Amazônia, são originários de terras publicas griladas e desmatadas revertidas ao patrimônio público.

criação de projetos de assentamento no DFS BR-163



Projetos criados a partir de 14/02/2006

| Tipo de Projeto | Nº de Projetos | Área (ha) | Famílias |
|------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------|
| PAC | 5 | 154.816,68 | 1.826 |
| PAE | 7 | 94.607,30 | 2.491 |
| PDS | 23 | 599.585,67 | 5.502 |
| Total | 35 | 849.009,64 | 9.819 |

Projetos criados até 13/02/2006

| Tipo de Projeto | Nº de Projetos | Área (ha) | Famílias |
|------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------|
| PAE | 2 | 263.033,00 | 6.590 |
| PDS | 12 | 319.610,52 | 2.764 |
| Total | 14 | 582.643,52 | 9.354 |

A CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS



- Antes da criação é feita vistoria para identificação das comunidades locais e verificação da viabilidade das terras para fins de assentamento.
- Sua localização é feita a partir as coordenadas arbitrárias constantes da documentação de arrecadação/matricula das áreas, podendo ocorrer, que na demarcação do projeto se verifique eventuais superposições sobre áreas já destinadas
- A partir dessas constatações, são tomadas providências para readequar as áreas suprimindo as incoerências.
- A demarcação topográfica/georreferenciamento se dá em fase posterior, pois sua espacialização, deve ser orientado pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS ASSENTAMENTOS



Resolução Conama nº 387/2006:

- Trouxe alterações para agilizar o processo de licenciamento
- Dispensa o Licenciamento Prévio- LP dos assentamentos criados em áreas ocupadas por populações tradicionais sendo exigida somente a Licença de Instalação e Operação - LIO
- Prevê a solicitação da LIO embasada no Projeto Básico (Anexo III da Resolução) ou PDA.
- Portanto, no ato de solicitação da LIO, o Incra apresentará ao OEMA a real situação ambiental do assentamento.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO




- O PDA instrumento do Incra, obrigatório para a implantação dos assentamentos,
- Reúne os elementos dos aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, destacando-se a contextualização sócio-econômico e ambiental da área, o diagnóstico do meio físico, sócio-econômico e cultural e, o plano de ação para o desenvolvimento do assentamento.
- Define ainda: a organização espacial da área, os projetos de exploração, de conservação e de recuperação ambiental do assentamento.

AÇÕES AMBIENTAIS PRIORITÁRIAS EM ASSENTAMENTOS



- ✓ Licenciamento ambiental de assentamentos.
- ✓ Recuperação de áreas ambientalmente protegidas e/ou áreas degradadas combinando atividades agrícolas e agroflorestais.
- ✓ Manejo florestal madeireiro e não madeireiro de reserva legal ou da vegetação nativa existente nos assentamentos.

O PROGRAMA DE ASSESSORIA TECNICA SOCIAL E AMBIENTAL – ATES



- “Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável.”

CRÉDITO E INVESTIMENTO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO



| Ação | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------------------------|--------------------|
| Crédito Instalação (Fomento) | 2.400,00 |
| Crédito Instalação (Habitação) | 5.000,00 |
| PDA | 200,00 |
| Topografia | 400,00 |
| Ass. Técnica | 400,00 |
| Infra-estrutura Básica | 5.500,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 1.000,00 |
| Total | 14.900,00 |

* VALORES POR FAMÍLIA

PRONAF GRUPO A



- ✓ **Estruturação, implementação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços na parcela ou em áreas comunitárias**
- ✓ **R\$ 16.500,00/família + R\$ 1.500,00 ATER.**
- ✓ **Até 35% do total do crédito para custeio das atividades associadas aos investimentos.**
- ✓ **Juros de 1,15% aa e bônus de 40% do principal**
- ✓ **Pagamento em até 10 anos e até 5 de carência**

Nota: orientar para o manejo e outras atividades sustentáveis

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**



Muito obrigado !